

**Solfacil Securitizadora de Créditos
Financeiros S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
com Relatório dos Auditores Independentes

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Índice

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1.1, que descreve as condições financeiras adversas da Companhia, que resultaram em um passivo a descoberto no montante de R\$ 25 mil. A Companhia depende do suporte financeiro de seus acionistas para fazer frente aos compromissos financeiros. Essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase

Realização dos direitos creditórios

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a carteira de crédito é constituída por Cédulas de Créditos Bancários (CCB) oriundas de operações de empréstimo pessoal a terceiros interessados na instalação de painéis de energia solar. Devido à natureza desses direitos creditórios, os valores quando efetivamente realizados poderão ser diferentes dos constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nossa Opinião não está ressalvada acerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

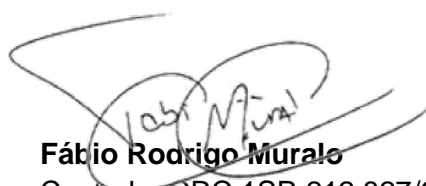
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.929	2.212
Recebíveis	4	15.528	21.571
Impostos a recuperar		23	23
Outros Ativos		-	12
Total do ativo circulante		17.480	23.818
Ativo não circulante			
Recebíveis	4	11.063	25.861
Total do ativo não circulante		11.063	25.861
Total do ativo		28.543	49.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Contas a pagar		44	8
Obrigações tributárias		3	11
Debêntures	5.3	16.557	15.200
Total do passivo circulante		16.604	15.219
Passivo não circulante			
Debêntures	5.3	11.962	34.443
Total do passivo não circulante		11.962	34.443
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1	1
Lucros (Prejuízos) acumulados		(24)	16
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(23)	17
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		28.543	49.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacionais	8	9.257	11.423
Custo gerais	9	(9.012)	(11.180)
Resultado bruto		245	243
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(211)	(116)
Despesas Tributárias	11	(7)	(13)
Provisão para redução ao valor recuperável	4.e)	(34)	(6.084)
Provisão de Perda na Emissão dos debenturistas	5.3	34	6.084
		(218)	(129)
Resultado operacional		27	114
Receitas financeiras	12.1	17	40
Despesas financeiras	12.2	(86)	(76)
Resultado financeiro		(69)	(36)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(42)	78
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(13)
Lucro / (prejuízo) do exercício		(42)	65
Prejuízo básico por ação - Reais		-0,08400	0,13000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício	(42)	65
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(42)</u>	<u>65</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucro/ prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	(49)	(48)
Resultado do exercício	-	65	65
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	16	17
Resultado do exercício	-	(42)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	(26)	(25)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividades operacionais		
Lucro / (prejuízo) do exercício	(42)	65
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre as debêntures	7.692	10.355
Remuneração sobre carteira de direitos creditórios	(6.319)	(10.667)
Outros custos com debêntures	(2.686)	(756)
Provisão para redução ao valor recuperável	(34)	6.084
Provisão de remuneração dos debenturistas	34	(6.084)
Aumento/(redução) no ativo:		
Carteira de créditos	27.126	32.555
Impostos a recuperar	-	(8)
Outros Ativos	12	(12)
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a pagar	36	(48)
Obrigações tributárias	(8)	4
Debêntures	(26.094)	(32.239)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(283)</u>	<u>(751)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(283)</u>	<u>(751)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.212	2.963
No final do exercício	1.929	2.212
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(283)</u>	<u>(751)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, foi constituída na data de 13 de dezembro de 2018, conforme inscrição e situação cadastral da Receita Federal e tem por objeto social: (i) A aquisição e securitização de créditos enquadrados no artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia, que adquire e securitiza créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo pessoal a terceiros interessados na instalação de painéis de energia solar, realizou duas emissões. Em 15 de fevereiro de 2019, efetuou a 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, objeto de colocação privada. Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia realizou a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da espécie com garantia real, e uma Série para colocação privada, da espécie subordinada. A integralização da 2ª Emissão se deu através da migração de 100% da carteira existente vinculada à 1ª Emissão, além de novos recursos de investidores.

No âmbito da 2ª Emissão, foram emitidas cento e vinte mil debêntures, divididas em: noventa mil da Primeira Série, dezenove mil da Segunda Série, sete mil da terceira Série e quatro mil debentures da quarta Série. As quatro Séries farão jus a renumerações distintas: oito por cento ao ano para a Primeira Série, doze inteiros e trinta centésimos por cento ao ano para a Segunda Série e quinze por cento ao ano para a Terceira e Quarta Séries, atualizadas pela variação do IPCA.

1.1. Plano de Continuidade e Gestão de Liquidez da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo. No entanto, os acionistas reafirmam seu compromisso de realizar aportes de recursos conforme necessário, garantindo a continuidade das operações e a manutenção do regime normal de funcionamento da Companhia.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de março de 2025.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais- Continuação

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i)** Custo amortizado;
- (ii)** Valor justo por meio do resultado;
- (iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras CDB (i)	59	67
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	1.870	2.145
Total	1.929	2.212

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 94% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.
- (ii) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto Itaú aplicação auto mais, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 2% do Certificado de Depósito Interbancário podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Recebíveis

De acordo com os termos e condições estabelecidos na Escritura, a carteira de crédito é constituída por Cédulas de Créditos Bancários (CCB) oriundas de operações de empréstimo pessoal a terceiros interessados na instalação de painéis de energia solar.

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de contratos de empréstimos pessoais, realizados entre o agente bancarizador e terceiros interessados na aquisição de painéis de energia solar.

b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Nos termos de estruturação da carteira de créditos cedidos ficou definido que somente poderiam ser cedidos a emissora os direitos sobre os créditos que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- (i) Prazo máximo de 10 anos e 2 meses da data de emissão, sendo que, no máximo 10% das CCB poderá ter prazo superior a 7 anos e 2 meses da data da sua emissão;
- (ii) As CCB serão remuneradas por taxas de juros distintas, que no agregado deverão gerar fluxo financeiros com uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 13,7%, e também serão corrigidas anualmente pela variação do IPCA;
- (iii) As CCB deverão contar com alienação fiduciária de equipamentos, sem a necessidade de registro na data de emissão.

c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Companhia sem coobrigação do Cedente, de acordo com o Contrato Promessa de Endosso.

d) Provisão para dação em pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures existentes nesta transação.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

e) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	47.432	75.404
Juros sobre direitos creditórios (Vide Nota Explicativa nº 8)	6.319	10.667
(-) Amortização direitos creditórios	(27.126)	(32.555)
(-) Provisão para perdas	(34)	(6.084)
Total	26.591	47.432
Circulante	15.528	21.571
Não circulante	11.063	25.861

As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2026	6.464
2027	1.953
2028	1.073
2029	867
Até 2032	706
	11.063

5. Debêntures

A Administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de Reais) com a integralização de 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

- a) 90.000 (noventa mil) debêntures IPCA, pertencentes à Primeira Série;
- b) 19.000 (dezenove mil) debêntures IPCA, pertencentes à Segunda Série;
- c) 7.000 (sete mil) debêntures IPCA, pertencentes à Terceira Série;
- d) 4.000 (quatro mil) debêntures IPCA, pertencentes à Quarta Série.

5.1. Integralização das debêntures

A Companhia integralizou até o fim do exercício social de 2020: R\$ 74.771 Debêntures da Primeira Série, R\$ 19.000 Debêntures da Segunda Série, R\$ 7.000 Debêntures da Terceira Série e R\$ 4.000 Debêntures da Quarta Série, seguindo a possibilidade de distribuição parcial dessa emissão.

a) Remuneração

As Debêntures da Primeira Série são remuneradas a uma taxa de 8,0% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal, após 12 meses de carência.

As Debêntures da Segunda Série são remuneradas a uma taxa de 12,30% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal, após 12 meses de carência.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Debêntures--Continuação

5.1. Integralização das debêntures--Continuação

a) Remuneração--Continuação

As Debêntures da Terceira Série são remuneradas a uma taxa de 15,0% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal, após 12 meses de carência.

As Debêntures da Quarta Série são remuneradas a uma taxa de 15,0% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal, após 12 meses de carência.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

5.2. Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

5.3. Composição das obrigações com debêntures

Cota Sênior - 2ª Emissão - 1ª Série	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	35.547	53.128
Juros de Debêntures	3.518	5.587
Pagamento aos debenturistas	(18.343)	(23.168)
Subtotal	20.722	35.547
Cotas Mezanino A - 2ª Emissão - 2ª Série		
Saldo Inicial	9.624	14.192
Juros de Debêntures	1.263	1.964
Pagamento aos debenturistas	(5.142)	(6.532)
Subtotal	5.745	9.624
Cotas Mezanino B - 2ª Emissão - 3ª Série		
Saldo Inicial	6.488	7.705
Juros de Debêntures	1.097	1.322
Pagamento aos debenturistas	(2.609)	(2.539)
Subtotal	4.976	6.488
Cotas Subordinadas - 2ª Emissão - 4ª Série		
Saldo Inicial	2.718	7.319
Juros de Debêntures	1.814	1.483
Provisão perda nas emissões	(34)	(6.084)
Subtotal	4.498	2.718
Saldo inicial	(4.734)	(3.978)
Outros custos com Debêntures (i)	(2.688)	(756)
Total das emissões	(7.422)	(4.734)
28.519	49.643	
Circulante	16.557	15.200
Não circulante (ii)	11.962	34.443
Total do passivo circulante e não circulante	28.519	49.643

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Debêntures--Continuação

5.3. Composição das obrigações com debêntures--Continuação

- (i) Os saldos com outros custos com Debêntures referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debêntures;
- (ii) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2026	499
2027	11.463
	11.962

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital Social

O capital social subscrito da Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 04 de dezembro de 2018 o capital social foi totalmente integralizado por seus acionistas.

Em 28 de outubro de 2022 a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia “Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.”, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças.

6.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

6.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

8. Receitas operacionais

No exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de juros sobre carteira de crédito (Vide Nota Explicativa nº 4)	6.319	10.667
Reversão remuneração dos debenturistas	2.938	756
Total	9.257	11.423

9. Custos gerais

No exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os custos gerais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Consultoria	(87)	(19)
Gestão de Carteiras (i)	(270)	(85)
Escrituração de debêntures	(57)	(65)
Cobrança de Carteira (ii)	(407)	(588)
Agente Fiduciário	(39)	(24)
Agente de Liquidação	(19)	(22)
Custo, tarifas e taxas CETIP	(11)	(15)
Assembleia	-	(7)
Serviços de informações	(174)	-
Custas judiciais	(4)	-
Juros sobre as debêntures	(7.692)	(10.355)
Remuneração das debentures (iii)	(251)	-
Custodia	(1)	-
Total	(9.012)	(11.180)

- (i) O saldo refere-se aos custos incorridos com a administração e monitoramento da carteira de créditos securitizados, incluindo a análise de performance, controle de fluxos financeiros e gestão dos riscos associados;
- (ii) O saldo corresponde aos custos relacionados à recuperação de créditos inadimplentes, abrangendo notificações, acordos de pagamento e eventuais ações jurídicas para execução de garantias;
- (iii) Referem-se ao resultado do exercício da operação.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Despesas gerais e administrativas

No exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria contábil e auditoria	(84)	(80)
Honorários advocatícios	(13)	(2)
Anúncios e publicações	(29)	(12)
Serviços pessoa jurídica	-	(6)
Correios	(4)	(7)
Cartório	(67)	(7)
Outras despesas.	(14)	(2)
Total	(211)	(116)

11. Despesas tributárias

No exercício de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros Impostos	(6)	(9)
PIS/COFINS	(1)	(4)
Total	(7)	(13)

12. Resultado financeiro

Em 31 de dezembro 2024 e de 2023, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	17	39
Outras receitas financeiras	-	1
Total	17	40

12.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(86)	(76)
Total	(86)	(76)

13. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

14. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.